

PROGRAMA ENSINO MÉDIO INOVADOR: POSSIBILIDADES DE RECONTEXTUALIZAÇÃO DE PRÁTICAS.

Autor: Aida Maria da Silva
Universidade Estadual do Rio Grande do Norte - UERN
aida.maria.74@gmail.com

Orientador: Marcia Betania de Oliveira
Universidade Estadual do Rio Grande do Norte - UERN
marciabetaniauern@gmail.com

Resumo:

Neste texto, destacamos pesquisa em processo de construção a qual discute políticas educacionais com base no ciclo de políticas de Ball e Bowe (1998). Destacamos o Programas Ensino Médio Inovador, atualmente desenvolvidos no estado do Ceará, no campo do currículo, que nos possibilita compreender como as escolas recontextualizam suas práticas frente à dimensão regulatória dessas políticas voltadas para a considerada melhoria da escola e, conseqüentemente da educação pública. Considerando a necessária desconstrução de visões estadocêntricas nas leituras sobre políticas educacionais, buscamos romper com a polarização dicotômica entre política e prática, tentando superar a ideia da escola como local somente de resistência ou de implementadora de políticas. Para tanto, nossas pesquisas vêm se dando a partir de revisões de literatura na perspectiva de compreendermos como o ciclo de políticas PODEM contribuir para que possamos (re) significar as políticas em pauta no contexto da prática. Nessas revisões, destacamos textos de Mainardes (2006), Mainardes, Ferreira e Tello (2011), Lopes e Macedo (2011a; 2011b), Oliveira e Santos (2013). Ainda como parte desse processo, lemos o documento norteador do PROEMI (BRASIL, 2009), com vista a conhecermos o programa, seus objetivos e critérios, suas implicações e exigências para pretensa efetivação na prática escolar. Compreendemos esse espaço como de intervenção, redefinição/reinvenção de práticas, em que os sujeitos constituem políticas. Como parte do ciclo de políticas, os atores sociais mantêm intensa relação com sua construção, seja na ressignificação das propostas apresentadas e nas releituras e reinterpretções dos textos das políticas, seja nas trocas constantes entre os vários contextos.

Palavras-chave: Programa Ensino Médio Inovador (PROEMI), Ciclo de políticas, recontextualização.

Introdução

Há muito se fala em crise na educação, e o discurso em torno dos resultados de avaliações externas nacionais e internacionais apontam para o fato de que há algo errado com as escolas públicas, seja com as práticas docentes seja com os processos de gestão escolar. Em tempos de globalização, de rapidez da informação, da urgência dos jovens ingressarem no mercado de trabalho, currículo escolar e estratégias de ensino são tidos como obsoletos, ineficazes, não se encaixam com regras previamente definidas em

propostas curriculares por vezes distanciadas da realidade escolar. O discurso é o de que se faz necessário rever a escola, práticas docentes, sua gestão, dentre outros aspectos desse contexto.

Sentidos de qualidade circulam o tempo todo: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDBEN 9.394/96 (BRASIL, 1996) que institui a democratização, organização e cooperação dos sistemas, sugere a qualidade do ensino e propõe currículo; os Planos Nacionais de Educação que ampliaram a oferta da educação básica, propõem a universalização e o acesso no ensino médio, inclusive a quem não o fez na idade certa e mencionam formação aos docentes, estrutura às escolas e metas de avanço e superação de dificuldades. Toda essa produção oficial vislumbra uma mudança de paradigma, uma superação dos problemas que rodeiam a escola.

Entre processos reguladores, a escola busca vencer o fenômeno do abandono de seus alunos e mantê-los frequentando a escola, na perspectiva de garantir uma educação de qualidade. Para tanto, são elaboradas políticas públicas, voltadas para o campo do currículo, com o intuito de contribuir com a escola nessa busca da qualidade. Destacamos o Programa Ensino Médio Inovador (PROEMI), o qual pretende a incorporação de componentes “que garantam maior sustentabilidade das políticas públicas, reconhecendo a importância do estabelecimento de uma nova organização curricular que possa fomentar as bases para uma nova escola de ensino médio” (BRASIL, 2009, p. 7). Este programa, dentre muitos outros, parte do princípio de que é preciso (re)organizar a escola e o fazer educativo para atender as demandas e cumprir um papel educador desta forma. Para tanto, sugere a elaboração de Projetos de Redesenho Curricular (PRC).

Em meio aos discursos da definição de políticas, como condição necessária à garantia de qualidade da/na educação pública, consideramos importante discutir a atuação e interpretações daqueles que vivenciam a escola, diretamente responsáveis pelo fazer pedagógico diário contribuindo na construção e execução de qualquer política ou programa na escola.

No decorrer de nossas pesquisas, vimos questionando como o PROEMI é recontextualizado pelos atores sociais, sujeitos da dinâmica diária e conhecedores das dificuldades no contexto escolar. Defendemos que a escola não é um mero espaço de implementação de saberes produzidos em outros espaços, como no caso das políticas oficiais, não podendo ser analisada “de forma submissa à lógica do conhecimento científico” (LOPES; MACEDO, 2011, p.105). Seus atores, independentemente da posição que assumem no contexto escolar, participam constantemente na produção de saberes, recontextualizando-os cotidianamente. É a compreensão dessa recontextualização que nos interessa.

Metodologia



Propomos leituras/pesquisas com base no ciclo de políticas de Ball e Bowe (1998). Buscamos romper com a polarização dicotômica entre política e prática, buscando superar a compreensão da escola como local somente de resistência ou de implementadora da política. Para tanto, nossas pesquisas vêm se dando a partir de revisões de literatura na perspectiva de compreendermos como o ciclo de políticas podem contribuir para que possamos (re) significar as políticas em pauta no contexto da prática. Nessas revisões, destacamos: Mainardes (2006), Mainardes, Ferreira e Tello (2011), Lopes e Macedo (2011a; 2011b), Oliveira e Santos (2013),

Na realização da pesquisa, vimos desenvolvendo algumas etapas necessárias ao seu desenvolvimento: lemos o documento norteador do PROEMI (BRASIL, 2009), com vista a conhecermos o programa, seus objetivos, critérios, implicações e exigências para pretensa efetivação na prática escolar. Destacamos que a pesquisa empírica que tratará da recontextualização das políticas em pauta, no contexto escolar, ainda não foi iniciada.

Resultados e Discussão

Até o momento, compreendemos o ciclo contínuo de políticas como importante na ideia de desconstruirmos uma visão estadocêntrica dos estudos de políticas quanto à superação dicotômica produção/implementação. Provavelmente, essa compreensão inicial nos possibilitará entendermos e interpretarmos “o trabalho de recontextualização política que ocorre nas escolas” (Ball, Bowe e Gold, 1992, apud MAINARDES; FERREIRA; TELLO, 2011, p. 19).

Compreendemos, ainda, a partir desse ciclo, a produção política em três principais contextos inter-relacionados (Mainardes, 2006): 1) o contexto de influência onde normalmente as políticas públicas são iniciadas e os discursos políticos são construídos; 2) o contexto da produção de texto, onde os textos políticos que representam a política, são tomados como textos legais e oficiais, resultados de disputas e acordos; 3) o contexto da prática onde, de acordo com Mainardes (2006, p. 53), a política é “interpretada de diferentes formas, uma vez que experiências, valores e interesses são diversos” sendo ressignificada, recontextualizada por hibridismo pelos profissionais da educação que ali atuam.

Conclusões

Consideramos a necessária desconstrução de visões estadocêntricas nas leituras sobre políticas educacionais no campo do currículo. Consideramos, também, que o profissional da educação, seja o gestor, o professor, ou outro, tem possibilidades constantes de recriar e reinventar suas práticas. Como parte do ciclo de políticas, os atores sociais mantêm intensa relação com sua construção, seja na ressignificação das propostas apresentadas e nas releituras e reinterpretações dos textos das políticas, seja nas trocas constantes entre os vários contextos.

Referências

BALL, S. J. BOWE, R. El currículum nacional y su “puesta en práctica”: el papel de los departamentos de materias o asignaturas. **Revista de Estudios del Currículum**, v. 1, n. 2, p. 105-131, 1998.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1996. Acesso em: 5 mar. 2016.

_____. Lei nº13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação- PNE. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2014. Acesso em: 02 mar. 2016

LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. **Teorias de Currículo**. São Paulo: Cortez, 2011a.

LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. Contribuições de Stephen Ball para o estudo de políticas de currículo. In: BALL, S.; MAINARDES, J. (Org.). Políticas educacionais: questões e dilemas. São Paulo: Cortez, 2011b. p. 249-283.

MAINARDES, Jefferson (Org.) Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 10 dez. 2012.

MAINARDES, Jefferson; FERREIRA, Márcia dos S. F.; TELLO, César. Análise de políticas: fundamentos e principais debates teórico-metodológicos. In: BALL, Stephen J; MAINARDES, Jefferson (Org.). **Políticas educacionais: questões e dilemas**. São Paulo, 2011.

MAINARDES, Jefferson; MARCONDES, Maria Inês. Entrevista com Stephen J. Ball: um diálogo sobre justiça social, pesquisa e política educacional. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 30, n. 106, p. 303-318, jan./abr. 2009. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 10 ago. 2014.

OLIVEIRA, Marcia Betania de; SANTOS, J. M. T dos. Políticas de currículo em perspectivas pós-estruturais. In: MOREIRA, A. Flávio (Org.). **Currículo na contemporaneidade: internacionalização e contextos locais**. Braga: Universidade do Minho, 2014. Atas do XI Colóquio sobre Questões Curriculares, VII Colóquio Luso-Brasileiro e I Colóquio Luso-Afro-Brasileiro de Questões Curriculares.